

**PROGRAMA DE
GOVERNO DO
PARTIDO DOS
TRABALHADORES
“PORTO VELHO
PRA GENTE”**

ÍNDICE

1. ☆ Apresentação
2. ☆ Introdução
3. ☆ Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI
4. ☆ Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário
5. ☆ Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade
6. ☆ Desenvolvimento Rural Social e Ambientalmente Sustentável
7. ☆ Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde
8. ☆ Educação Inclusiva e de Qualidade
9. ☆ Segurança Pública Cidadã
10. ☆ Desenvolvimento Social: Inclusão e Equidade
11. ☆ Igualdade e Garantia de Direitos
12. ☆ Cultura para Todos
13. ☆ Esporte e Lazer Acessível a Todos
14. ☆ Participação Cidadã e Transparência
15. ☆ Gestão Ética e Eficiente

1. APRESENTAÇÃO

O Diretório Municipal do PT de Porto Velho, através da RESOLUÇÃO 004/2019/DM/PT/PVH/RO, instituiu o Grupo de Trabalho para elaboração do Programa de Governo – GTPGOV para as Eleições Municipais de 2020, incumbindo-o de coordenar, de forma ampla, democrática e participativa, a elaboração programa de governo e de políticas públicas para o município de Porto Velho, mediante a realização de rodas de conversas, reunião com técnicos e intelectuais, seminários e fóruns de discussão para discutir temas ligados à cidade, como, por exemplo, educação, saúde, mobilidade urbana e, após, sistematizar os diálogos e debates realizados e apresentar para apreciação e aprovação do Diretório Municipal o Programa de Governo que o PT apresentará à população de Porto Velho nas Eleições 2020.

Foram realizadas plenárias virtuais com a militância petista, as quais contaram com a participação de lideranças e especialistas nacionais e locais e demonstraram que as políticas públicas implementadas em Porto Velho quando estávamos no comando do Executivo Municipal, em articulação com o Governo federal, deixaram sua marca no desenvolvimento da nossa cidade.

A dinâmica de elaboração do Plano de Governo perpassou por sete (07) fases:

1) constituição da comissão de mediadores por temas do Plano de Governo composta de filiados e militantes do Partido dos Trabalhadores que tem afinidades com o tema: Educação; Saúde; Assistência Social; Cultura; Direito à Cidade (Mobilidade Urbana, Moradia, regularização fundiária e Infraestrutura), Juventude; Meio Ambiente e Agricultura; Desenvolvimento Sustentável e recursos naturais; Mulheres e diversidade; Gestão e Planejamento; Produção, renda e abastecimento; economia solidária, economia (indústria, comércio, serviços); Justiça e Direitos Humanos.

2) apresentação das diretrizes para a construção do Plano de Governo pela coordenação do – GTPGOV. A Coordenação apresentou os pilares para a elaboração do Programa de Governo, tais como: Objetivos, Instrumentos, Atores, Cronograma, Roteiro de elaboração, Diagnóstico básico e Estratégia.

3) realização de plenárias virtuais com participação de lideranças e especialistas nacionais e locais para discussão sobre experiências do Modo PeTista de governar. Participaram das Plenárias: Esther Bermeguy (Transição Ecológica), Whashington Quaqua (Gestão Administrativa), Sérgio Mambert e Delson Cruz (Cultura), Inês Magalhães e Fernanda Kopanakis (Direito a Cidade), Carlos Abicalil (Educação), Alexandre Padilha e Ida Perea (Saúde), Márcia Helena Carvalho Lopes e Benedita Nascimento (Assistência Social), Maria do Rosário (Mulheres) e Daniel Barros (Juventude).

4) realização de roda de conversa com especialistas locais, contextualizando localmente as discussões das plenárias virtuais com vistas a consolidar as diretrizes, as ações, as prioridades e as propostas para o presente Plano de Governo.

5) disponibilização à população de Porto Velho da plataforma virtual fornecida pelo PT nacional com o objetivo de prospectar informações e propostas da sociedade local, através do endereço eletrônico <https://www.programadegovernopt.com.br/porto-velho>. Plataforma foi disponibilizada para desktop/notebook e para aparelhos móveis.

6) estruturação da Transição Ecológica como eixo norteador do Plano de Governo

7) consolidação das diretrizes, das ações, das prioridades e das propostas norteadoras, sendo os resultados desse frutífero trabalho estão consolidados no presente documento, o qual organiza as proposta do Plano de Governo em **13 blocos**:

- ☆ Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI
- ☆ Desenvolvimento Econômico Sustentável e Solidário
- ☆ Desenvolvimento Urbano e Direito à Cidade
- ☆ Desenvolvimento Rural Social e Ambientalmente Sustentável
- ☆ Qualidade e Humanização na Atenção à Saúde
- ☆ Educação Inclusiva e de Qualidade
- ☆ Segurança Pública Cidadã
- ☆ Desenvolvimento Social: Inclusão e Equidade
- ☆ Igualdade e Garantia de Direitos
- ☆ Cultura para Todos
- ☆ Esporte e Lazer Acessível a Todos
- ☆ Participação Cidadã e Transparência
- ☆ Gestão Ética e Eficiente

2. INTRODUÇÃO

O Brasil e o povo brasileiro vivem tempos difíceis. A imensa crise social, fiscal e econômica foi agravada pela pandemia da COVID-19 e pelo desgoverno do Bolsonaro. A retirada de direitos, o desmonte das políticas públicas, o ataque ao patrimônio público, a total ausência de programas de desenvolvimento, faz com que a queda de arrecadação e o aumento da demanda por serviços públicos cresça cada vez mais nos municípios brasileiros. Portanto, é fundamental assumir o compromisso de governar, com visão inovadora, pautada na gestão ética, transparente e democrática, com ampla participação popular, priorizando e cuidando dos que mais precisam.

Neste cenário, o Partido dos Trabalhadores de Porto Velho apresenta seu Plano de Governo para o período 2021-2024, com um projeto de gestão inovadora, com o olhar no presente, mas projetando ações para o seu futuro.

O Modo PeTista de Governar, inspirado pela concepção e pelos valores socialistas, objetiva uma profunda transformação social para a construção e consolidação de uma sociedade justa, igualitária e fraterna, através do fortalecimento da cidadania, ampliando a participação da sociedade, particularmente dos trabalhadores e demais setores populares, nas decisões políticas que conduzem os destinos da nossa nação.

Nossa administração promoverá uma efetiva inversão de prioridades, comprometida com o bem estar da população, privilegiando os investimentos sociais nas áreas de educação, saúde, assistência, saneamento básico, habitação, transporte, meio ambiente, cultura, desenvolvimento local, de forma articulada com todos os segmentos sociais e esferas de poder.

Nosso Plano de Governo, fruto do acúmulo histórico das propostas apresentadas e implementados pelo Partido dos Trabalhadores em todo o país e de amplo diálogo com a população de Porto Velho visa contribuir com a reconstrução do Brasil e promover localmente um transformação social, capaz não apenas de retomar o crescimento da economia, mas, acima tudo, construir um desenvolvimento local, social e ambientalmente sustentável.

OS DESAFIOS DA CONJUNTURA

A campanha eleitoral municipal em 2020 será realizada em uma conjuntura na qual os danos da política ultraliberal desenvolvida no país desde 2016, vêm provocando desmontes e retrocessos nas políticas sociais, nos direitos previdenciários e trabalhistas, privatizações e cortes provocados pela Emenda Constitucional 95/2016, mais conhecida como a PEC da Morte, por reduzir gastos em áreas essenciais e congelar os gastos públicos por nada menos que 20 anos.

O Brasil vive uma crise sem precedentes na história. Esta crise – sanitária, social, econômica, política, ambiental e cultural – está entrelaçada a uma crise mundial, gera insegurança, medo, descrença e pessimismo na sociedade.

Após anos de estabilidade democrática, em um curto período da história brasileira inúmeros direitos foram cassados, violados e massacrados, com diversos casos de violência incentivados pelo discurso de ódio. O país andou para trás na renda do povo, na saúde, na educação, na defesa do meio ambiente e na liberdade.

O desemprego está nas alturas e quase 90% das ocupações criadas são informais, segundo o IBGE. A taxa de trabalhadores sem registro, sem direitos e proteção social já ultrapassa 40% - sem falar dos desalentados que nem ocupação têm.

São estes que sofrem com o aumento dos combustíveis e do gás de cozinha e do abusivo preço dos alimentos. O desmatamento aumentou 83%, com incentivo de um governo que arruinou nossa imagem junto à comunidade internacional. Líderes indígenas e sindicalistas foram assassinados; professores e artistas, perseguidos; e mulheres, pessoas negras e LGBTQI+s sofrem diariamente violência e são assassinadas, tudo isso com total aval do Governo Federal.

No centro desses retrocessos está a imposição de um modelo excludente e concentrador de riqueza e renda, que propõe o desmonte do Estado - não só por meio da privatização selvagem de empresas como a Petrobras e riquezas como o pré-sal - , mas pela destruição dos instrumentos de construção da soberania nacional, como os bancos públicos e o fomento à ciência e tecnologia.

Vivemos tempos sombrios, com ações potencializadas por um governo que ataca os direitos humanos, os direitos sociais, o meio ambiente e a soberania. Os desdobramentos da pandemia, que com a política genocida do governo levou mais de 135 mil brasileiros e brasileiras a morrerem de Covid-19, somente agravaram tudo o que já vinha sucedendo no país, desde o golpe de 2016, que retirou a Presidente Dilma Rousseff do poder.

Associada à crise existente e tendo como principais protagonistas segmentos conservadores da sociedade, nos últimos tempos presenciamos o avanço de grupos portadores de visões retrógradas e excludentes no cenário político brasileiro, seja no aprofundamento do comportamento antipolítico, seja no discurso de ódio a trabalhadores, sindicatos e movimentos sociais, bem como o constrangimento aos que pensam diferente de sua linha ideológica.

Mas, por outro lado, apesar do clima de intimidação, agressão e violência que estes setores buscam criar, vislumbramos a mobilização dos mais diversos grupos de defensores da democracia, mostrando a força dos que resistem aos retrocessos de um governo ditatorial instalado em nosso país.

Por isso mesmo, além de se unir ao clamor popular em defesa da soberania do voto, nossa campanha enfrentará o pleito municipal como mais uma etapa na luta pela preservação da legalidade democrática e das conquistas sociais no Brasil, adquiridas mais fortemente ao longo de 13 anos dos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma Rousseff.

Nosso desafio, em âmbito municipal, será reafirmar os princípios norteadores que nossos governos promoveram na esfera nacional, gerando e garantindo novos direitos, como: o caráter público do SUS; a educação pública, gratuita, de qualidade, laica e livre de censuras; as políticas sociais como instrumentos de combate à miséria, à pobreza e à desigualdade; o Estado como promotor das igualdades de gênero, etnia, etária e orientação sexual; a transparência na gestão pública; a participação política como elemento de decisão pública, dentre outros.

Por isso mesmo, nos orgulhamos das políticas públicas implantadas nos governos do Presidente Lula e da Presidenta Dilma, que estão presentes aqui em Porto Velho. Programas e investimentos desenvolvidos, tais como: elevação do salário mínimo, o programa Bolsa Família, o Luz para Todos, o Minha Casa, Minha Vida, Programa Brasil sem Miséria, o de Acesso ao Ensino Técnico e emprego (PRONATEC), o da Universidade para todos (PROUNI), a criação da Farmácia Popular, o Piso Nacional de Educação, o combate ao trabalho escravo, o SAMU, a construção de UPAS e a implementação do programa Mais Médicos, o apoio à agricultura familiar, entre outros.

Todas essas conquistas deram origem a um desenvolvimento que possibilitou a redução da pobreza, da desigualdade e a melhoras significativas na distribuição da renda familiar.

Infelizmente, a atual gestão municipal não deu prioridade às ações voltadas a melhorar as condições de vida da população, seja por falta de visão e de conhecimento, ou ,até mesmo incompetência administrativa, deixando a comunidade desamparada.

Por isso mesmo, é visível em nosso município os descuidos com a saúde, especialmente a atenção básica; o abandono do sistema municipal de educação; o sucateamento do transporte público; a deterioração de espaços públicos, como praças, feiras e equipamentos esportivos; a falta de transparência e participação popular nas decisões de governo. Trata-se, de um modelo administrativo no qual a indiferença em relação à segurança pública se constitui num dos mais claros exemplos de descaso com a cidade.

Diferentemente do desprezo aos mais pobres demonstrado pelos governantes atuais, as gestões petistas sempre tiveram como foco principal diminuir o abismo existente entre privilegiados e excluídos e a defesa da vida e da dignidade dos que mais precisam.

O povo de Porto Velho merece um governo que tenha capacidade de enfrentar os duros desafios dos tempos atuais e que aja no interesse da maioria da população. Para isso, a candidatura de RAMON CUJUI como prefeito e de LHANO ADORNO como vice-prefeito se apresenta para debater publicamente as diretrizes de um Plano de Governo. Uma proposta progressista, democrática e popular para construir uma cidade socialmente justa, que aprofunde a participação popular e que enfrente os problemas do campo e da cidade, do distrito sede e dos 12 outros distritos da capital. Um Plano de Governo para construir uma PORTO VELHO PRA GENTE!

3. TRANSIÇÃO ECOLÓGICA PARA A SOCIEDADE DO SÉCULO XXI

A pandemia alertou ainda mais o mundo para a correlação entre desequilíbrios ecológicos e pandemias, reforçando a centralidade da questão ecológica.

Em uma conjuntura que impede qualquer agente público com bom senso de negar as consequências do consumo exagerado, das mudanças climáticas e do modo de produção nocivo predominantes no mundo todo, a Transição Ecológica para a Sociedade do Século XXI passa a estabelecer um processo estratégico voltado a uma economia justa, que respeita todas as formas de vida e garante a manutenção da vida humana. Este processo deve ser catalizador de um modo de produção com baixa emissão de carbono, bem como integrador de políticas públicas que prezam a garantia e a soberania do ar, da água, dos minérios, da fauna e flora, respeito aos povos originários e tradicionais, a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, garantindo a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos. Sem o intento de impor um modelo, a Transição Ecológica é um termo em construção para um processo longo de uma sociedade em constante movimento. O uso do termo “Transição Ecológica”, em um primeiro olhar, poderia levar ao entendimento de que estamos falando sobre a mudança das tecnologias de produção econômica. No entanto, é importante destacar, conforme nos ensina Löwy (2009), que existe uma contradição intrínseca entre a dinâmica capitalista, fundada sobre a expansão ilimitada do capital e acumulação dos lucros, e a preservação do meio ambiente. Por isso, a Transição Ecológica requer, também, a mudança das relações sociais de produção e, conseqüentemente, do modo de produção. Essa perspectiva exige mudanças culturais, provenientes de uma profunda reflexão sobre a relação entre a sociedade e a natureza, para a qual a educação deverá ter um papel central. A agenda política para a Transição Ecológica busca integrar a luta de classes com a luta ambientalista, considerando todos o acúmulo das lutas populares, dos governos progressistas e da política internacional. (Transição Ecológica e Políticas Ambientais: contribuições para os municípios brasileiros São Paulo: 2020 ISBN 978-65-87504-04-9)

Segundo Leonardo Boff, o capitalismo quebrou todos os laços com a natureza, a transformou num baú de recursos, tidos ilusoriamente ilimitados, em função de um crescimento também tido ilusoriamente ilimitado. Ocorre que um planeta já velho e limitado não suporta um crescimento ilimitado.

Propomos, outros valores e referenciais de consumo, um novo padrão de produção no município compatível com a urgência dos desafios ambientais e, ao mesmo tempo, capaz de apresentar alternativas econômicas que aproveitem a diversidade sociocultural e ambiental do nosso município, seja no campo ou na cidade.

Nosso compromisso ético e político é contribuir para enfrentar as mudanças climáticas e mitigar os efeitos de eventos extremos, como chuvas muito volumosas que ocasionam enchentes e deslizamentos, ou as secas prolongadas que afetam o abastecimento de água e as atividades agropecuárias em todo o país.

Esse eixo articulador aponta para uma economia justa, que não desperdiça e nem esgota recursos naturais existentes, protegendo as necessidades das gerações atuais e futuras.

Temos que pensar no longo prazo. Temos que transformar a crise ambiental em oportunidades para o bem viver do povo brasileiro e de toda humanidade. Os municípios podem fazer a sua parte, com muitas iniciativas para iniciar esse caminho.

Inicialmente é preciso afirmar a nossa identidade: PORTO VELHO É UMA CIDADE AMAZÔNICA. E para torna-la sustentável e resiliente, apresentamos as seguintes propostas:

- a) proteção dos mananciais;
- b) promoção de energia limpa, com instalação de energia solar nas unidades da prefeitura;
- c) diminuição da emissão de poluentes, que afetam a qualidade do ar, do solo e água e de gases de efeito estufa;
- d) mitigação dos riscos de desastres ambientais: enchentes, deslizamentos de barrancos na zona ribeirinha, rompimentos de barragens, mapeando e implantando plano de atenção aos passivos ambientais na zona urbana e rural;
- e) estimular as empresas locais a adotarem medidas para tornarem-se progressivamente sustentáveis ambientalmente;
- f) iniciar a conversão da frota de transporte coletivo e dos veículos da frota municipal para tecnologia menos poluente;
- g) multiplicar parques e intensificar arborização no espaço urbano;
- h) promover a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia, incentivando a produção de alimentos saudáveis a partir de conhecimentos tradicionais e científicos;
- i) elaborar o Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo de envolvimento das comunidades, dos catadores e dos demais atores envolvidos na produção de resíduos.
- j) estimular a responsabilidade e a participação da sociedade nas iniciativas de controle da poluição e do impacto ambiental, bem como pelo consumo responsável;
- k) promover amplo programa de educação ambiental em todos os âmbitos da Administração Pública municipal: escola, postos de saúde, obras, limpeza urbana;
- l) apoiar e fomentar iniciativas de produção, comercialização e consumos de bens e serviços com baixo impacto ambiental e alto valor agregado, que utilizem a incorporação de tecnologias modernas, flexíveis e inteligentes, com baixa emissão de carbono, bem como respeitem os direitos dos povos originários e tradicionais e promovam a segurança alimentar e o desenvolvimento da agroecologia.

4. DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO SUSTENTÁVEL E SOLIDÁRIO

Nosso governo cumprirá o papel de ser indutor do desenvolvimento econômico e social local, mesmo nas circunstâncias desfavoráveis provocadas pela crise econômica e pelas medidas neoliberais adotadas pelo Governo Federal. Nosso foco será a necessidade de gerar emprego e renda para a população afetada pela crise, que sofre ainda mais com a pandemia do COVID-19.

É preciso formular uma estratégia de desenvolvimento econômico e social de médio e longo prazo com diretrizes e metas a serem alcançadas e para tanto tomaremos as seguintes medidas:

- a) enviar para a Câmara Municipal projeto de lei criando o Conselho de Desenvolvimento Econômico e Social de Porto Velho, o qual será composto por representantes dos trabalhadores e de diversos setores empresariais, representantes de cooperativas e associações e de empreendimentos da economia solidária, das universidades públicas e privadas, de organizações sociais e de organizações não governamentais, associações de bairros e de produtores, representantes dos 11 distritos da Ponta do Abunã e Baixo Madeira e de outros setores da sociedade civil organizada.
- b) Formular, de forma democrática e participativa e, após, e implementar uma estratégia de desenvolvimento econômico e social, indicando quais serão os investimentos prioritários e necessários para dar consequência às iniciativas de atração de novos empreendimentos (energia, água, internet, pavimentação, segurança, entre outros fatores);
- c) atualizar a Lei 1.628/2005 que instituiu a Política Municipal de Fomento à Economia Popular e Solidária na Cidade de Porto Velho para regular o cadastro municipal dos empreendimentos solidários, acesso a crédito e capacitação, apoio ao desenvolvimento de tecnologias sociais, programa de compras governamentais entre outras matérias afins;
- d) consolidar, fortalecer e desenvolver as principais cadeias econômicas da cidade e elaborar programas específicos para atrair os fornecedores das atuais empresas industriais para se instalar na cidade;
- f) atrair a instalação de empreendimentos comerciais e de serviços inexistentes, evitando que a população se desloque para outras cidades;
- g) estruturar uma rede de micros e pequenos negócios, cooperativas e outros empreendimentos geradores de renda;
- h) desenvolver e fortalecer cadeias produtivas nas áreas de turismo, espetáculos e gastronomia entre outras.
- i) criar o Balcão Único de atendimento eficiente aos empreendedores/as;
- j) disseminar informação qualificada sobre como acessar crédito facilitado, como modernizar os empreendimentos, entre outras; constituindo redes com o SEBRAE e as Universidades;
- k) incentivar o associativismo e o cooperativismo e outras formas de organização da produção, principalmente na zona rural da Ponta do Abunã e do Baixo Madeira.

- l) articular iniciativas de finanças solidárias, por meio dos bancos comunitários, fundos rotativos solidários e cooperativas de crédito.
- m) criar do Banco de Oferta de Serviços para facilitar a intermediação entre ofertantes e demandantes, atendendo empresários, trabalhadores autônomos, associações e cooperativas.
- n) criar o Banco Social de Porto Velho como instrumento de inclusão financeira e bancária da população de baixa renda e de promoção do desenvolvimento econômico da comunidade local, focado nas necessidades de microcrédito dos negócios das famílias, pequenos produtores e de pequenos empreendedores individuais;
- o) criar da moeda social de Porto Velho;
- p) criar a Lei Municipal do PAA Institucional, para assegurar a compra de 30% de produtos da Agricultura Familiar e Economia Solidária.
- q) criar programa de articulação e cooperação com os empreendedores sociais (empresas nacionais e internacionais) na busca da melhora das condições de sustentação dos empreendimentos familiares e individuais, contribuindo para solucionar problemas com escoamento da produção, assistências técnicas, disseminando práticas orgânicas de produção e o conceito de sustentabilidade;
- r) articular com as UHEs de Jirau e Santo Antônio a execução de um programa de de capacitação formação e disseminação de atividades eco sustentáveis, visando geração de renda e sustento das famílias do entorno e que foram impactadas;
- s) ampliar os espaços e as condições de oferta dos produtos oriundos da agricultura familiar e agroextrativistas, inclusive ampliando a cobertura das feiras de bairros.
- t) incentivar os sistemas agroecológicos de produção, com melhor utilização dos recursos naturais e redução do uso de agrotóxicos
- u) aplicar o tratamento preferencial previsto em lei às micro e pequenas empresas nas compras da prefeitura;
- v) implementar padronização de produtos para criação de produtos portovelhenses, agregando valor a produção local. Ex. a farinha de demarcação;
- x) realizar a manutenção das vicinais para escoamento da produção das áreas secas e de estrutura fluvial para escoamento da produção ribeirinha.

5. DESENVOLVIMENTO URBANO E O DIREITO À CIDADE

A melhoria da qualidade de vida na nossa cidade passa pelo combate e redução das desigualdades, em suas diversas dimensões, além da garantia do direito à cidade.

O pleno direito à cidade se dará por meio do acesso à moradia digna com saneamento básico – água encanada, rede de esgoto, coleta de lixo, drenagem das águas pluviais. Acesso a uma mobilidade urbana que priorize o transporte coletivo, o sistema viário seguro e, ainda, que garanta a promoção do acesso equitativo aos equipamentos públicos de cultura, lazer, educação e saúde em todos os bairros.

As diretrizes e propostas a seguir materializam nossos compromissos para o desenvolvimento urbano de Porto Velho.

- a) encaminhar para apreciação da Câmara Municipal a proposta de revisão do Plano Diretor pactuada e deliberada pelos delegados da Conferência de Revisão do Plano Diretor ocorrida em 15 de agosto de 2019;
- b) Tratar os assentamentos precários, as áreas periféricas ou as áreas com esvaziamento econômico e/ou populacional, com políticas públicas articuladas a investimentos em infraestrutura, melhoria dos espaços públicos e incentivos para instalação de atividades de geração de emprego e renda, contribuindo para efetivar uma cidade policêntrica.
- c) Garantir as funções sociais da propriedade e da cidade por meio da aplicação dos instrumentos do Estatuto das Cidades, em especial das Zonas Especiais de Interesse Social (ZEIS), possibilitando a construção de habitação de interesse social nas áreas consolidadas, o IPTU progressivo e a edificação compulsória para refrear a especulação imobiliária.

Moradia Digna

A melhoria das condições de habitabilidade e de moradia mostraram-se essenciais para lidar com a crise sanitária provocada pela COVID-19, assim como para mitigar os efeitos dos eventos extremos causados pelas mudanças climáticas. Em ambos os casos, apesar de atingir a todos, os impactos mais dramáticos ocorrem com as famílias mais vulneráveis, que não tem acesso à infraestrutura adequada ou vivem em área de risco. Nossas propostas para essas mitigar ou resolver esses problemas:

- a) implementar uma política municipal de habitação com ações para as diferentes necessidades, por meio da promoção, financiamento e assistência técnica para a regularização fundiária; a melhoria de moradias precárias; produção de lotes urbanizados e de moradia.
- b) promover a remoção de famílias moradoras nas imediações de canais e áreas de risco, disponibilizando moradia digna em lugar seguro na própria comunidade;
- c) estabelecer parceria e assistência técnica aos movimentos sociais, ONGs, grupos organizados e sindicatos para desenvolvimento e execução de projetos de habitação do município.
- d) retomar o Programa “UsoCampeão” – apoiando juridicamente as famílias que moram em áreas que estejam em litígio pelo usucapião;
- e) retomar o Programa de Regularização Fundiária para regularização gratuita de imóveis urbanos e rurais;

Saneamento Básico

A garantia do acesso ao saneamento básico, entendido como abastecimento de água; coleta e tratamento de esgotos; coleta e tratamento dos resíduos sólidos e limpeza urbana; e o manejo das águas pluviais urbanas para toda a população é um dos grandes desafios para a cidade e distritos de Porto Velho. Nossas propostas para essas mitigar ou resolver esses problemas:

- a) executar ações de preservação das nascentes e dos mananciais, promovendo a despoluição e recuperação de nascentes, rios e mananciais degradados.
- b) implementar um programa de drenagem municipal e ampliação do programa de colocação de manilhas, bocas de lobo e limpeza dos canais;
- c) recuperar os igarapés que cortam a cidade incluindo a limpeza, arborização e manutenção;
- d) adotar o reuso de água nas atividades e edificações da prefeitura e incentivar as empresas e a população a fazer o mesmo.
- e) exigir da CAERD a elaboração e execução de um plano de investimentos visando o aumento progressivo da coleta e tratamento de esgoto, mantendo rigorosa separação entre águas pluviais e esgoto;
- f) exigir da CAERD a elaboração e execução de um plano de investimentos visando o aumento do abastecimento de água tratada para a população em quantidade e qualidade adequadas;
- g) acompanhar e fiscalizar a aplicação dos recursos disponibilizados pelo Governo Federal para a universalização dos serviços de água e esgoto em Porto Velho.

Resíduos Sólidos

- a) equacionar o processo de coleta, destinação e tratamento de resíduos sólidos, incluindo os materiais recicláveis, estruturando a formação de um consórcio intermunicipal.
- b) implantar a coleta seletiva de resíduos sólidos, incluindo as cooperativas de catadores de materiais recicláveis ao sistema e desenvolvendo programas de educação ambiental para incentivo ao consumo responsável, a redução da geração de resíduos, o aumento da reciclagem e da compostagem residencial;
- c) elaborar Plano Municipal de Gestão Integrada de Resíduos Sólidos (PMGIRS), com o máximo desenvolvimento das comunidades, dos catadores e demais atores da cadeia de produção de resíduos sólidos: produtores, comerciantes, distribuidores, importadores, prestadores de serviço público ou privado de manejo de resíduos sólidos e consumidores.
- d) Programa de remuneração dos catadores de resíduos sólidos por prestação de serviços ambientais;
- e) reimplantar o programa de limpeza dos terrenos baldios com o fortalecimento da fiscalização, visando que os proprietários limpem, cerquem e/ou murem seus terrenos. Caso estes não o façam, a Prefeitura realizará o serviço e efetuará a cobrança via rede bancária;
- f) desenvolvimento de políticas de educação/sensibilização para que a população mantenha limpa a frente de suas propriedades;
- g) ampliação dos programas educativos sobre limpeza pública;

Drenagem

- a) elaborar Plano de Drenagem, visando identificar os pontos de alagamento ou inundação, para priorizar soluções e implantar controle e monitoramento desses eventos.
- b) pavimentar e qualificar vias urbanas, considerando os sistemas de drenagem de águas pluviais, redes de água e esgoto e calçadas permeáveis.p
- c) priorizar a drenagem e pavimentação das vias públicas na capital e distritos, priorizando as vias estruturais e as que recebem o transporte coletivo;
- d) fazer a manutenção permanente do sistema de drenagem urbana e o desassoreamento de rios e córregos.

e) pavimentar vias urbanas secundárias usando bloqueteamento permeável

f) ampliar o programa de encascalhamento e limpeza das ruas;

Transporte e Mobilidade Urbana

A organização e os investimentos no sistema viário da nossa cidade vão privilegiar a circulação do transporte coletivo e a segurança dos ciclistas e dos pedestres através das seguintes ações:

- a) integrar o transporte coletivo de forma a melhor atender à população, evitando sobreposição de linhas, racionalizando custos e praticando tarifa única e integrada, independentemente do número de viagens, para não onerar os moradores da periferia.
- b) priorizar os investimentos no sistema viário, privilegiando a circulação do transporte coletivo em relação ao transporte individual motorizado, por meio da implantação de vias exclusivas, corredores e faixas com pontos de ultrapassagem, de modo a reduzir o tempo de viagem e a poluição atmosférica.
- c) ampliar o programa de construção e padronização de calçadas priorizando os centros comerciais;
- d) modernização e ampliação da rede de iluminação pública na Capital e Distritos;
- e) reduzir os impactos ambientais do sistema de mobilidade urbana, diminuindo progressivamente as emissões e promovendo a eficiência energética.
- f) implantar ciclovias, facilitando o uso dessa alternativa de transporte.
- g) adequar as calçadas e dotá-las progressivamente de acessibilidade, com o objetivo de facilitar as viagens a pé de curta distância e priorizar o pedestre na travessia de vias públicas.
- h) implantar medidas de trânsito seguro, identificando soluções de segurança e fluidez, com limites de velocidade próprios para o ambiente urbano, buscando reduzir o número vítimas no trânsito.
- i) promover a manutenção permanente das vias, implantando progressivamente a pavimentação ou calçamento nos bairros sem essa infraestrutura.

Recuperação de áreas verdes, praças e parques

Essas áreas e equipamentos públicos são essenciais para garantir qualidade de vida urbana para todas as faixas etárias.

Vamos recuperar esses espaços para a cidade, reestruturando-os com a implantação de equipamentos e mobiliário urbano, jardinagem e paisagismo, de modo que possam ser utilizados para o lazer e em programações culturais e esportivas.

6. DESENVOLVIMENTO RURAL SOCIAL E AMBIENTALMENTE SUSTENTÁVEL

Todas as pessoas que vivem no município têm direito a um desenvolvimento urbano e rural socialmente equilibrado, ambientalmente sustentável e com melhor qualidade de vida. A transição ecológica no meio rural se expressa na adoção da agroecologia, tendo como objetivo a produção de alimentos saudáveis, com redução gradativa do uso de agrotóxicos. O estímulo ao cooperativismo, o apoio técnico à agricultura familiar e às compras de produtos pelo poder público são fundamentais para um desenvolvimento socio-econômico inclusivo no campo.

Nosso programa, nessa área, é composto das seguintes diretrizes e propostas:

- a) estimular a agricultura familiar com princípios agroecológicos, que garantam a manutenção de variedades e cultivos locais, práticas tradicionais de manejo e desenvolvimento rural sustentável; com redução do uso de agrotóxicos.
- b) ampliar os espaços e as condições de comercialização dos produtos oriundos da agricultura familiar e dos agroextrativistas para o abastecimento alimentar da população, aquisições para a alimentação escolar pelo governo municipal e ampliação dos pontos de vendas de produtos em mercados municipais e em bairros da periferia (feiras, sacolões, varejões e outros)
- c) investir em infraestrutura e logística necessárias ao escoamento da produção alimentar e o acesso ao mercado consumidor.
- d) reservar áreas urbanas e periurbanas ociosas para a agricultura urbana, com a produção de alimentos, mudas de espécies florestais e medicinais, priorizando a geração de renda e a distribuição de alimentos para a população em risco social.
- e) estabelecer limites à monoculturas em áreas destinadas à produção diversificada de alimentos ou monoculturas predatórias aos recursos naturais e ao meio ambiente.
- f) organizar o Sistema de Inspeção Municipal – SIM, para dar segurança alimentar e abrir mercado para os produtores da agricultura familiar.
- g) criar mecanismos e fiscalização para proibir a pulverização aérea de agrotóxicos, fiscalizando também o uso e o descarte adequado das embalagens de agrotóxicos.
- h) incentivar e investir na sustentabilidade da cadeia produtiva da pesca, promovendo a comercialização e o consumo do pescado.
- i) fortalecer o modelo de uso dos recursos naturais desenvolvido nas reservas extrativistas, pela pequena agricultura, pelas populações tradicionais e pelos indígenas, protegendo os meios de vida e a cultura dessas populações.
- j) estabelecer o pagamento por serviços ambientais a pequenos produtores rurais pela preservação de nascentes ou às famílias extremamente pobres que vivem em áreas de reservas extrativistas ou em áreas de conservação ambiental e que desenvolvem atividades de uso sustentável dos recursos naturais em Unidades de Conservação de Uso Sustentável, assentamentos ambientalmente diferenciados da Reforma Agrária, territórios ocupados por comunidades tradicionais, quilombolas, ribeirinhas, extrativistas ou outras áreas rurais.
- k) promover políticas de trabalho, geração de emprego e renda e economia solidária para associações e grupos de mulheres do meio rural, distritos, comunidades e povos tradicionais.
- l) ampliar e fortalecer os programas de capacitação para as mulheres do campo.

7. QUALIDADE E HUMANIZAÇÃO NA ATENÇÃO À SAÚDE

A Saúde de um país acompanha o modelo de desenvolvimento pretendido para sua população, e as políticas de saúde são destaque para um processo civilizatório de garantia de direitos.

O Sistema Único de Saúde (SUS), conforme está inscrito na Constituição Federal de 1988, é a política pública mais inclusiva do país, pois atende o conjunto da população brasileira, todos têm direito ao SUS.

Defendemos o SUS e seus princípios de garantia ao acesso universal - todos têm direito a atendimento integral da prevenção e da atenção primária ao especializado; em todas as etapas da vida, de modo equitativo, com atenção prioritária a quem precisar mais.

Somos contra o congelamento de gastos estabelecido pela Emenda Constitucional 95 que reduz drasticamente os recursos do SUS. O desmonte do SUS é ainda mais cruel nesse período de pandemia e pós pandemia. A Covid-19 escancara as desigualdades de acesso à prevenção e aos serviços de saúde de populações e territórios vulneráveis.

Nosso programa de governo está baseado na recuperação da rede SUS do município considerando as necessidades de saúde da população e considerando a importância dos trabalhadores e das trabalhadoras de saúde.

Nossa política de saúde se orientará pelas seguintes diretrizes e propostas:

Atenção Primária à Saúde humanizada, resolutiva e de qualidade

- a) fortalecer a atenção primária, especialmente no monitoramento e acompanhamento da Covid-19, das doenças crônicas e da população vulnerável: crianças, gestantes e idosos, assegurando profissionais qualificados, estruturas físicas adequadas, equipamentos, medicamentos e insumos suficientes.
- b) ampliar a cobertura da Estratégia Saúde da Família e Saúde Bucal sem descuidar dos distritos do eixo da BR e do baixo Madeira, priorizando os bairros periféricos e territórios mais vulneráveis e a saúde do idoso.
- c) ampliar e consolidar as linhas de cuidado em rede para doenças crônicas, como a hipertensão e o diabetes, com destaque às medidas de prevenção.
- d) reintroduzir as “ambulanchas” no atendimento às populações ribeirinhas.
- e) incorporar práticas integrativas e complementares no cuidado à saúde já incorporadas ao SUS.
- f) recolocar a perspectiva de construir a UPA Zona Norte e o Hospital Municipal de Porto Velho.

Qualificação da rede de urgência e de atenção hospitalar

- a) reorganizar serviços e aprimorar a gestão, implementando classificação de risco e diretrizes de humanização em todas as unidades municipais.
- b) reorganizar a Rede de Atenção Psicossocial para o enfrentamento dos transtornos mentais e às necessidades decorrentes do uso de álcool e drogas.
- c) ampliar e qualificar as redes de Atenção às Pessoas com Deficiência, Pessoas com Doenças Crônicas e o Serviço de Atenção Domiciliar.

Atenção especializada articulada e integrada em rede

- a) organizar o atendimento especializado em um novo modelo de cuidado, em rede e resolutivo que solucione as filas nas consultas, exames e procedimentos.
- b) ampliar e qualificar o atendimento de Ambulatório de Especialidade e demais serviços especializados, em articulação com serviços dos governos federal e do estado, hospitais filantrópicos e serviços privados contratados pelo SUS.
- c) organizar atendimento especializado em reabilitação, destinado às pessoas com deficiência e outras doenças, com credenciamento de clínicas para ampliar o acesso.

- d) qualificar a Rede de Atenção Psicossocial (CAPS adulto, infantil e álcool-drogas), Consultório na Rua e outros serviços de apoio que contem com equipes de saúde.
- e) fortalecer as ações de saúde mental e de prevenção e tratamento ao uso abusivo de álcool e outras drogas na atenção básica e rede de urgência.
- f) organizar o cuidado das gestantes de alto risco, das mulheres encarceradas ou egressas do sistema;
- g) criar programa de combate à mortalidade materna
- h) criar programa de prevenção da gravidez na adolescência.

Política Municipal de Assistência Farmacêutica

- a) articular a assistência farmacêutica às demais ações de saúde e assegurar acesso aos medicamentos e seu uso racional.
- b) implantar o Farmácia Viva com fitoterápicos e medicinas alternativas de acordo com as diretrizes do SUS, a Farmácia de Manipulação Municipal e garantir medicamentos de uso contínuo para os pacientes crônicos.

Promoção e Vigilância em Saúde

- a) promover a qualidade de vida e reduzir vulnerabilidades e riscos relacionados aos determinantes da saúde – modos de viver, trabalho, habitação, ambiente, educação, lazer, cultura, e acesso a bens e serviços essenciais integrando políticas públicas.
- b) fortalecer a Vigilância Epidemiológica das doenças e agravos não transmissíveis e transmissíveis: dengue, chikungunya, zika, tuberculose, hanseníase, HIV/AIDS, H1N1 e COVID-19.
- c) vigilância Ambiental: foco na qualidade da água para consumo, vigilância de pessoas expostas a contaminantes químicos, desastres naturais e qualidade do ar.
- d) vigilância à Saúde do Trabalhador: ambientes e organização do trabalho.
- e) vigilância Sanitária: controle dos riscos de produtos, inclusive fármacos, insumos hospitalares, alimentos e serviços de saúde e outros que servem ao público como restaurantes, bares, etc.

Qualificação da gestão pública e valorização do trabalho em saúde

- a) valorizar o trabalho e os trabalhadores da saúde, seus saberes e competências, adotando princípios de gestão participativa e cogestão em defesa do SUS municipal.
- b) institucionalizar e ampliar a política municipal de educação permanente para o SUS. ☆ Fortalecer mecanismos de planejamento e de gestão participativa
- c) manter e atualizar continuamente o Plano Municipal de Saúde e instituir seu monitoramento e avaliação.
- d) estabelecer gestão colegiada na direção e gerência do sistema.
- e) reorganizar a regulação e a auditoria do sistema municipal de saúde, efetivando a contratualização com prestadores, orientada para o acesso dos usuários.
- f) informatizar a rede assistencial, utilizando o cartão SUS e as tecnologias de informação e comunicação para a gestão.
- g) investir no processo de regionalização: pactuação com outros municípios, com vistas à organização da rede regionalizada de atenção à saúde e à possível criação de um Consórcio.
- h) ampliar a captação de recursos para a rede de serviços municipais, promovendo a negociação nas instâncias gestoras do SUS.
- i) reorientar e racionalizar, com base nas prioridades, a utilização do Fundo Municipal de Saúde, ampliando a transparência e o controle dos gastos com saúde.

Gestão Participativa e Controle social

- a) fortalecer a participação e controle social em todos os âmbitos do SUS municipal.
- b) Valorizar o sistema de ouvidoria do SUS.
- c) efetivar o portal da transparência e incrementar os mecanismos de comunicação com a população, promovendo a democratização e estimulando participação social.

- d) apoiar o funcionamento e a atuação do Conselho Municipal de Saúde.
- e) reforçar o papel das Conferências Municipais de Saúde na avaliação do sistema e na definição de diretrizes para a sua qualificação.

8. EDUCAÇÃO INCLUSIVA E DE QUALIDADE

A garantia de educação de qualidade, pública, inclusiva e democrática para todos e todas é fundamental para o exercício da liberdade e da cidadania, para o fortalecimento das relações sociais respeitadas e para prática de valores humanitários.

A Constituição Federal em seu artigo 206 define como princípio da educação pública: igualdade de acesso, pluralismo de ideias, gratuidade do ensino, valorização dos profissionais, gestão democrática e piso salarial.

O Plano Municipal de Educação, construído com ampla participação social, garante a execução da política educacional em conformidade com a Carta Magna. Nosso governo criará comissão técnica para diagnóstico e avaliação da implementação gradativa do PME em Porto Velho

Nosso programa de governo PORTO VELHO PRA GENTE para a educação é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Garantir o acesso, permanência, qualidade, inclusão e equidade

- a) assegurar nosso compromisso com a progressiva universalização do ensino fundamental, da educação infantil de 4 a 5 anos e da ampliação do atendimento em creches.
- b) assegurar o atendimento, com acesso à educação básica e ao atendimento especializado, às crianças e jovens com deficiência, transtornos globais do desenvolvimento e altas habilidades ou superdotação; dotando as escolas de equipamentos, estrutura física e profissionais especializados para o seu atendimento.
- c) efetivar a política municipal da Educação do Campo, construída com a participação das comunidades rurais e ribeirinhas e movimentos sociais.
- d) assegurar a permanência na escola com políticas de apoio, como alimentação, transporte escolar (urbano, rural e fluvial), livros e materiais didáticos; incluindo também a articulação com as políticas de assistência social e de saúde; em especial nesse período pós-pandemia, que vai requerer ainda maior coordenação de ações.
- e) dar especial atenção à Educação de Jovens e Adultos (EJA), atendendo aqueles que não tiveram oportunidade de frequentar a escola e não concluíram a educação básica; e, sempre que possível, articulá-la à formação profissional.
- f) enfrentar os fatores que provocam a evasão escolar, especialmente as dificuldades dos estudantes do campo e dos jovens e adultos da EJA.
- g) promover a construção, melhoria e ampliação dos espaços escolares, da cidade e do campo; agregando laboratórios, quadras esportivas e pátios para realização de eventos, visando uma formação integral.
- h) assegurar a abordagem curricular relativa aos direitos humanos, à cultura da paz e à prevenção de todas as formas de violência; bem como às temáticas da diversidade e de combate a qualquer forma de discriminação; meio ambiente, segurança, saúde, trânsito, respeito aos direitos humanos, dentre outras.
- i) promover a elaboração ou revisão do projeto político-pedagógico das escolas de forma coletiva e participativa.
- j) considerar as tecnologias de informação e as novas linguagens de comunicação, como possibilidade de aprimoramento do processo de aprendizagem.
- k) estabelecer parcerias com UNIR e IFRO visando contribuir com o fortalecimento da educação e da formação para o mundo do trabalho.
- l) tornar o espaço da escola disponível para atividades de esporte, cultura e lazer para a comunidade escolar e a população do seu entorno, inclusive nos fins de semana.
- m) aprimorar as aulas de educação física nas escolas, melhorando a infraestrutura e qualificando o corpo docente para ações educativas, tendo o esporte como um vetor de fortalecimento da cidadania.
- n) organizar jogos escolares, inclusive nas modalidades paradesportivas.

Formação e valorização dos profissionais da educação

Os trabalhadores e as trabalhadoras em educação são os protagonistas do processo de aprendizagem. Considerando esse papel central, temos o compromisso com uma política de valorização desses profissionais, que garanta boas condições de trabalho, formação permanente e remuneração digna.

- a) reformular o Plano de Carreira cargos e Salários dos Profissionais da Educação construindo com a participação de representantes da categoria
- b) considerar a tecnologia da informação e as novas linguagens de comunicação como auxiliares à formação permanente e a valorização dos educadores, promovendo a formação inicial e continuada das trabalhadoras e dos trabalhadores da educação, considerando a especificidade das escolas do campo.
- c) diagnosticar, permanentemente, os anseios e necessidades de cada setor que atua na Educação, mantendo diálogo permanente com as entidades representativas destes profissionais.

Democratização e qualificação da gestão.

É nosso compromisso implementar a gestão democrática e a participação popular na educação, com o envolvimento de toda comunidade escolar - professores, técnicos, funcionários, familiares e estudantes – na elaboração, implementação e avaliação do projeto político-pedagógico das escolas.

- a) consolidar os Conselhos Escolares para participar das decisões administrativas e pedagógicas da escola, com participação efetiva de todos segmentos da comunidade escolar e investimento na sua formação.
- b) fortalecer o Conselho Municipal de Educação e outros conselhos relacionados às políticas educacionais.
- c) assegurar a eleição de diretores de escola de forma democrática com a participação de todos os setores da comunidade escolar.

9. SEGURANÇA PÚBLICA CIDADÃ

A despeito da responsabilidade pela segurança pública ser principalmente do governo do estado, acreditamos que a prefeitura tem um papel importante, sobretudo no que se refere à prevenção do crime e da violência.

Em primeiro lugar, criaremos o Fórum Comunitário de Segurança Pública com participação das polícias militar e civil e representantes da população de todas as regiões da cidade, para diagnóstico e discussão de ações a serem realizadas e avaliação de resultados. Esse diagnóstico e as informações disponíveis no âmbito do governo cumprirão papel de aperfeiçoar as diretrizes e propostas que temos para tornar nossa cidade mais segura.

Nosso governo irá estruturar suas ações baseando-se no conceito de Segurança Cidadã, que combina ações preventivas territorializadas tanto de caráter policial, especialmente de inteligência, quanto ações sociais e urbanas, o que permitirá uma atuação sistêmica do município.

Ações de prevenção ao crime e a violência de caráter social e urbano

- a) garantir iluminação pública nos bairros, por ser um fator importante para coibir a violência e os crimes.
- b) implementar programação cultural, esportiva e de lazer nas praças e parques e abertura das escolas nos finais de semana com atividades para a comunidade, garantindo alternativas de entretenimento para todas faixas etárias, mas principalmente aos jovens.
- c) implantar Sistema de Videomonitoramento para ampliar a sensação de segurança e inibir a violência e o crime. As câmeras serão instaladas nas proximidades das escolas e nas principais vias das cidades. O Centro Integrado de Monitoramento poderá reunir a PM e a Polícia Civil.
- d) ampliar a rede de videomonitoramento público, criando as condições legais e operacionais para recepção de imagens cedidas por câmeras privadas de condomínios, domicílios e empresas
- e) fiscalizar de atividades comerciais e de serviços, em torno das quais os crimes são realizados, adotando medidas para impedir que isso aconteça como, por exemplo, definição de horário de funcionamento de bares, fiscalização de desmanches, entre outros identificados no diagnóstico realizado.
- f) fiscalização e orientar o trânsito, contribuindo para diminuir os acidentes, que são uma das principais causas de morte nas cidades.

10. DESENVOLVIMENTO SOCIAL: INCLUSÃO E EQUIDADE

A implementação de políticas sociais é essencial para diminuir os efeitos das desigualdades estruturais e para melhorar a vida das pessoas, especialmente as mais vulneráveis. Nosso Programa de Governo propõe integrar políticas e ações para enfrentar a miséria e as desigualdade para assegurar e ampliar os direitos sociais de forma universal.

Os efeitos da pandemia da COVID-19 aprofundaram a crise econômica que já afetava o país. A redução e o fim do auxílio emergencial provocarão a perda da única renda de milhões de famílias no país e terá impacto em nosso município. No nosso governo, vamos promover ações para assegurar condições de sobrevivência a essas famílias da nossa cidade, seja com ações de segurança alimentar, seja com a articulação das diversas políticas públicas municipais capazes de cuidar das pessoas mais vulneráveis. Daremos atenção especial às ações que favoreçam a inclusão produtiva de famílias em situação de vulnerabilidade.

Proteção Social

Entendemos que as políticas públicas devem ser compreendidas como direitos do cidadão, não como benemerência, nem mesmo a assistência social, a qual, frequentemente é tratada com essa visão. Por isso, vamos:

- a) consolidar o Sistema Único da Assistência Social (SUAS), fortalecendo os Centros de Referência em Assistência Social (CRAS) e Centros de Referência Especializados em Assistência Social (CREAS).
- b) ampliar e qualificar a rede de proteção social e prevenção aos segmentos vulneráveis - baixa renda, crianças e adolescentes, pessoas com deficiência, idosos e população em situação de rua, articulando esses serviços em rede, integrando com outras políticas públicas como saúde e educação.

Segurança Alimentar

Com o agravamento da crise econômica a fome voltará a atingir um contingente bastante grande de famílias. Por essa razão, nosso governo desenvolverá ações de segurança alimentar para minimizar esse efeito.

- a) reimplantar Restaurante Popular para assegurar o direito de acesso a uma refeição saudável nas diversas regiões do município, em parceria com programas como o Cozinha Brasil (reaproveitamento de alimentos).
- b) construir rede de apoio a cooperativas de agricultura familiar e orgânica e adquirir produtos da agricultura familiar para a alimentação escolar e para distribuição às famílias vulneráveis.
- c) criar o Banco de Alimentos, estimulando a parceria com o setor privado na captação de alimentos, redistribuindo-os para as populações vulneráveis.
- d) incentivar a criação de hortas comunitárias, inclusive em terras públicas, com o objetivo de realizar geração de renda no território.
- e) fomentar atividades de educação alimentar e nutricional, promovendo campanhas de combate ao desperdício alimentar e de prevenção à obesidade.

Políticas para Crianças e Adolescentes

- a) estabelecer políticas específicas para as crianças e adolescentes, orientadas pelo Estatuto da Criança e do Adolescente, voltadas à erradicação do trabalho infantil, o combate à violência contra crianças e adolescentes, em particular a violência sexual.
- b) consolidar a rede intersetorial de proteção e prevenção, com atendimento especializado para as vítimas de violência.
- c) fortalecer serviço de abordagem social de crianças e adolescentes em situação de rua e trabalho infantil.

- d) estimular vínculos de convivência familiar e comunitária para crianças e adolescentes em territórios de alta vulnerabilidade social.
- e) fortalecer os Conselhos Tutelares.

Políticas para Idosos

- a) promover ações que valorizem o idoso e sensibilizem as famílias e a sociedade quanto as suas necessidades e direitos, visando a promoção do envelhecimento ativo e saudável.
- b) fortalecer as atividades socioeducativas e outras ações voltadas ao convívio familiar e comunitário em Centros de Convivência de Idosos, garantindo ampliação da rede.
- c) oferecer formação digital, ampliando o acesso às novas tecnologias.
- d) desenvolver ações que qualifiquem as instituições de longa permanência e de formação dos profissionais que cuidam de idosos.

Políticas para Pessoas com Deficiência

- a) ampliar o acesso das pessoas com deficiência às políticas públicas, garantindo a inclusão e o exercício de seus direitos.
- b) articular e propiciar a inclusão e acessibilidade das pessoas com deficiência nas diversas políticas públicas e privadas e o direito de usufruir de todos os bens públicos da cidade.
- c) fomentar programas que fortaleçam o convívio familiar e comunitário.
- d) ampliar o acesso às novas tecnologias e a capacitações que ampliem as oportunidades de emprego e renda.
- e) desenvolver ações que qualifiquem as instituições e formação dos profissionais que cuidam de pessoas com deficiência.
- f) firmar parcerias com instituições públicas e privadas que realizam serviços de assistência em saúde e educação, para atendimento as pessoas com deficiência.

População em Situação de Rua

O governo do PT “PORTO VELHO PRÁ GENTE” irá fortalecer a rede de proteção social às pessoas em situação de rua.

- a) realizar censo da população em situação de rua para caracterizar essa população na cidade.
- b) criar abrigos com acessibilidade para mulheres e para homens com atendimento de alimentação, saúde, higiene e pernoite.
- c) assegurar atendimento e atividades direcionadas ao desenvolvimento de sociabilidades e para a qualificação profissional, que propiciem a construção de um novo projeto de vida a essas pessoas, que inclua moradia coletiva com outras pessoas egressas dessa situação.

11. IGUALDADE E GARANTIA DE DIREITOS

A sociedade brasileira é muito diversa e nosso município não é diferente. Porto Velho acolheu e acolhe pessoas das mais diversas partes do país e do mundo, desde sua origem na construção da EF Madeira-Mamoré. O reconhecimento das diferenças de gênero, raça e etária, de orientação sexual e de capacidades, que resultam em profundos processos de discriminação e que dão suporte e aprofundam as desigualdades, serão novamente enfrentados no governo do PT.

Propomos políticas públicas concretas que protejam essas pessoas, dando oportunidades para uma vida plena. Essas políticas terão como característica comum enfrentar as várias dimensões da desigualdade que elas vivem. Além disso, realizaremos campanhas que incentivem a sociedade a combater as situações que promovem o preconceito, a discriminação e a exclusão social de qualquer natureza.

Políticas para Mulheres

As políticas públicas para as mulheres devem desenvolver a Igualdade, equidade, autonomia das mulheres, universalidade e integração das políticas, justiça social, participação e o controle social, buscando reduzir as desigualdades estabelecidas pelas relações sociais patriarcais e machistas estabelecidas em nossa sociedade.

Promoveremos a promoção da assistência integral às mulheres, através da estruturação de uma rede de apoio que integre as áreas de educação, saúde, geração de emprego e renda, assistência social, habitação, justiça e cidadania. O Programa de Governo PORTO VELHO PRA GENTE visualizará na sua execução a diversidade dos segmentos de mulheres do campo e da cidade, indígenas, negras, LGBTQI+, ampliando e ajustando as ações de forma a aglutinar as demandas das especificidades destes segmentos.

A estrutura de reafirmação da condição feminina e de gênero coordenará a organização de dados e informações sobre o perfil das mulheres no município e suas principais necessidades para elaborar propostas, detalhar medidas e articular ações governamentais que garantam a igualdade de oportunidade às mulheres, em um planejamento global de gênero que normatize a ação do governo. Assim como a valorização de espaços públicos destinados ao atendimento das mulheres, tais como, Espaço Mulher, Centro de Referência e Assistência a Mulher (CREAS), Centro de Referência a Saúde da Mulher (CRSM), Casa Abrigo e a construção de espaços de acolhimento de combate a discriminação as mulheres trans e não-binárias.

É necessário retomar transversalidade e integralidade da política para a mulher em todas as ações da gestão municipal desde a elaboração até execução da política pública em todas as secretarias dando visibilidade orçamentaria na Lei Orçamentaria Anual (LOA), no Plano Plurianual (PPA), Lei de Diretrizes Orçamentárias (LDO) sobre os programas e ações para as mulheres.

O governo municipal atualizará o Plano Municipal de Políticas para as Mulheres, que desde 2014 não é amplamente discutido é utilizado como norteador de ações governamentais. Fortalecerá os espaços de participação social garantidos, tais como, Conferências Municipais, Conselho Municipal de Defesa dos Direitos da Mulher (CMDDM) e do Fórum Municipal da Sociedade Civil.

O processo educacional cumpre um importante papel na construção da representação, reprodução e institucionalização das relações de gênero devendo ser adotadas as seguintes ações:

- a) executar ações de combate às discriminações, ao sexismo e à violência contra a mulher;
- b) realizar campanhas educativas pelo fim da violência contra as mulheres e contra as desigualdades de gênero
- c) integrar secretarias e órgãos municipais no sentido de uma educação inclusiva e não sexista, fortalecendo o debate sobre prevenção da violência e da discriminação contra mulher no âmbito escolar, através de ações como a capacitação dos(das) profissionais da educação com um Plano de Formação Continuada nas escolas municipais.

- d) implantar programa municipal de enfrentamento e prevenção à violência, com multiplicação, ampliação e reequipamento dos Centros de Referência e Casas Abrigo. Ofertaremos serviços articulados ao Pacto Nacional de Enfrentamento à Violência contra as Mulheres, estabelecendo uma rede de trabalho e ações articuladas com os diferentes poderes através das Redes já existentes (Rede Lilás e outros), os movimentos de mulheres e os diferentes grupos e segmentos sociais comprometidos com a luta pelo fim da violência contra as mulheres.
- e) executar ações de promoção de paridade de gênero nos cargos de chefia/gestão visando a efetiva participação das mulheres em cargos de direção da Administração Pública Municipal.

Políticas de Combate ao Racismo

O racismo estrutural presente na sociedade brasileira é inadmissível e precisa ser firmemente combatido. Por essa razão, o governo do PT promoverá políticas transversais de promoção da igualdade racial e de oportunidades, inclusive as voltadas à prevenção da violência contra a juventude negra, com programas que reduzam sua mortalidade e encarceramento.

- a) fortalecer as ações de atenção integral à saúde da população negra, com ênfase acerca das especificidades dessa população e das doenças físicas e mentais decorrentes do racismo.
- b) desenvolver políticas públicas geradoras de oportunidades no mundo do trabalho, por meio da implantação das políticas de cotas e programas de empreendedorismo.
- c) cumprir no currículo oficial da rede de ensino a obrigatoriedade das temáticas História e Cultura Afro-Brasileira e Indígena, conforme estabelece a lei.
- d) desenvolver campanhas contra o racismo religioso e pela valorização das religiões de matriz africana.

Políticas para a comunidade LGBTQI+

Para que o respeito e o reconhecimento das identidades de gênero e suas expressões, além da livre orientação sexual se tornem realidade, será necessário:

- a) garantir a inclusão, respeito e permanência dessa população nas escolas com formação continuada dos profissionais que atuam na área, desde a portaria até a sala de aula; garantindo a adoção do nome social.
- b) implantar programa de promoção integral da saúde da população LGBTQI+, inclusive saúde mental, com ações de prevenção ao suicídio, sobretudo da juventude.
- c) implantar programa de qualificação profissional e geração de emprego e renda para fazer frente à discriminação.
- d) criar espaços para acolher a população LGBTQI+ expulsa de casa pelas famílias ou vítimas de violência e discriminação.

Políticas para Juventude

Asseguraremos os direitos específicos da juventude, sobretudo os mais vulneráveis, de acordo com as diretrizes do Estatuto da Juventude, inclusive com uma política de segurança cidadã que encare a juventude como detentora desses direitos.

- a) Fortalecer o Conselho Municipal da Juventude
- b) promover políticas de formação e inclusão do jovem na vida social, política e no mercado de trabalho.
- c) desenvolver ações de educação sexual junto aos jovens e seus familiares, visando a prevenção da gravidez precoce e indesejada e da AIDS/DST.
- d) ampliar, qualificar e descentralizar atividades culturais, de esporte e lazer.
- e) promover a qualificação profissional e para a gestão de empreendimentos destinados à juventude.

12. CULTURA PARA TODOS

A cultura é elemento formador da identidade e autoestima de um povo.

Executaremos uma Política de Cultura como direito básico do cidadão, que afirme o patrimônio histórico e a presença de todas as expressões culturais da cidade; entendendo que além de um direito social, a cultura é fator importante de desenvolvimento econômico e gerador de emprego e renda.

A democratização do acesso aos bens culturais será um vetor de combate às desigualdades. No governo do PT, os territórios periféricos vão receber atenção redobrada no estabelecimento das políticas de cultura.

Incentivaremos as atividades culturais e suas interfaces com a educação, o turismo, o meio ambiente, a saúde e o esporte e o lazer, criando e executando projetos envolvendo várias secretarias, entendendo a cultura como um tema transversal.

Nosso programa de governo para a cultura é composto das diretrizes e propostas a seguir:

Instituição do Sistema Municipal de Cultura

- a) garantir a manutenção do Fundo Municipal de Cultura dotado de recursos próprios, com realização de editais periódicos e eleição de um Conselho de Políticas Culturais.
- b) finalizar e implantar o Plano Municipal de Cultura com metas e participação social.
- c) manter a realização periódica da Conferência Municipal de Cultura.
- d) manter atualizado o Cadastro Cultural da Cidade com artistas, trabalhadores da cultura, gestores culturais, produtores, grupos culturais, povos e comunidades tradicionais.

Equipamentos culturais

- a) estruturar um sistema de equipamentos culturais públicos e privados incentivando a criação e manutenção de cinemas, teatros, museus, bibliotecas e centros culturais, possibilitando a exibição, a fruição e a produção de bens culturais.
- b) desenvolver calendário contínuo de ações nas diversas linguagens artísticas e manifestações culturais por meio de festivais, mostras, festas, feiras, programas musicais e exposições, a partir da interlocução com os produtores locais.
- c) recuperar e criar Pontos de Cultura integrados em rede.
- d) executar ações para que os Centros de Arte (antigas escolas de música) tornem-se espaços de fruição e formação em Arte e Cultura.

Patrimônio Arquitetônico

- a) preservar o patrimônio arquitetônico da cidade, com tombamento de prédios, incentivo à ocupação planejada para a preservação do acervo e da memória.
- b) consolidar o corredor cultural da cidade, contribuindo para o turismo cultural e geração de novas oportunidades de emprego e renda.

Festas Populares

Valorizar os festejos populares e os artistas locais, propiciando a descentralização dos eventos culturais e a criação de polos espalhados pelos bairros e distritos do município.

13. ESPORTE E LAZER ACESSÍVEL A TODOS

O governo do PT garantirá o direito ao acesso da população, de todas as idades, ao esporte e lazer em seus bairros e comunidades, onde as escolas municipais terão um papel fundamental.

Daremos uma atenção especial à utilização dos espaços públicos, praças e logradouros para a prática do esporte e do lazer. Estimularemos os momentos de convívio entre gerações, com jogos e outras práticas coletivas. Atenderemos também demandas de skatistas, ciclistas entre outros, para implantação de estruturas adequadas às suas práticas esportivas.

Essas propostas serão desenvolvidas a partir de uma gestão democrática e participativa, procurando resgatar e preservar a memória do esporte como uma das bases da construção da identidade local e popular. Nosso programa para esporte e lazer é composto das seguintes diretrizes e propostas:

Instituição do Sistema Municipal de Esportes e Lazer

- a) construir o Sistema Municipal de Esportes e Lazer para implementar uma política pública participativa e popular com controle social, sob a supervisão do Conselho Municipal de Esporte e Lazer.
- b) realizar a Conferência Municipal de Esporte e Lazer.

Equipamentos e Recursos humanos

- a) promover a construção, melhoria e ampliação dos equipamentos e espaços públicos de esporte e lazer.
- b) construir equipamentos comunitários modulares, que contemplem as diversas manifestações artísticas, culturais e esportivas em um mesmo espaço público.
- c) abrir quadras poliesportivas das escolas às comunidades.
- d) capacitar gestores, técnicos e lideranças esportivas comunitárias.

Lazer nos espaços públicos

- a) desenvolver animação artístico-cultural e esportiva nos espaços públicos voltados para o lazer: praças públicas, os equipamentos esportivos e escolas.
- b) implantar políticas públicas inclusivas, explorando a diversidade esportiva em atividades voltadas para mulheres, crianças, adolescentes, adultos, idosos e pessoas com deficiência.
- c) implantar um Programa de Orientação de Atividades Físicas nas praças da cidade e nos espaços onde a população realiza atividades.
- d) dialogar com as federações esportivas, visando contribuir com a captação de eventos esportivos locais, regionais e nacionais, na perspectiva de fortalecer a prática esportiva da nossa população, inclusive no paradesporto.
- e) fortalecer os Centros Esportivos Comunitários, com apoio aos eventos esportivos nos bairros, estimulando a prática esportiva, conforme a demanda da comunidade.
- f) ampliar as ações de escolinhas esportivas nos bairros, qualificando os técnicos e apoiando-os com materiais esportivos adequados.

14. PARTICIPAÇÃO CIDADÃ E TRANSPARÊNCIA

Nosso Programa de Governo considera fundamental compartilhar o exercício do governo com a população. A realização desta concepção de governo é a maneira mais concreta de construir a prática da cidadania ativa e de aprofundar a cultura democrática no plano municipal.

Essa concepção torna-se ainda mais importante tendo em vista os ataques que a democracia do nosso país tem sofrido por parte de lideranças autoritárias, que defendem retrocessos inaceitáveis nas políticas sociais, nos direitos humanos, previdenciários e trabalhistas. A extinção de Conselhos Participativos ligados às políticas públicas, em decreto de abril de 2019, desmontou os canais de participação da sociedade e dificultou ainda mais a transparência e o acesso aos dados públicos.

É nesse cenário de resistência e enfrentamento, que reafirmamos a importância da participação cidadã, que deve vir acompanhada de mecanismos de controle social da gestão pública. O exercício da participação cidadã, acompanhada do controle social, construirá uma esfera pública democrática, onde os diferentes interesses poderão se expressar em igualdade de condições, resultando no debate de ideias e na negociação de propostas; evitando os privilégios de poucos em detrimento dos interesses da maioria da população. Para tanto, propomos as seguintes diretrizes e ações:

Participação Cidadã na destinação dos recursos públicos

Nosso governo tem o compromisso com a participação da população na formulação, execução e monitoramento de políticas públicas. O Orçamento Participativo (OP) será o carro-chefe da participação cidadã, o qual permitirá que o governo identifique com clareza as prioridades para aplicar os escassos recursos de forma mais sintonizada com as necessidades da população.

Assim, propomos as seguintes ações:

- a) consolidar os Conselhos e Fóruns existentes e criar novos, estabelecendo condições adequadas ao seu funcionamento e garantindo diversidade e legitimidade das representações.
- b) estimular a participação dos diversos segmentos do município nos conselhos gestores de políticas públicas, com especial atenção aos usuários dos serviços e equipamentos públicos.

Condições adequadas para o exercício da Participação Cidadã

O exercício de participação precisa garantir igualdade de condições entre os participantes e com o governo municipal. Nosso governo irá:

- a) utilizar recursos, técnicas e metodologias que possibilitem e facilitem o entendimento, a comunicação e a expressão de ideias.
- b) fornecer informações apresentadas de forma clara, com recursos de visualização e outras estratégias capazes de tornar a participação do cidadão o mais fundamentada possível.
- c) realizar atividades de formação para os conselheiros sobre as políticas públicas, o funcionamento da gestão, o papel dos canais de participação, na perspectiva de fortalecer sua atuação.

Novas tecnologias de informação e comunicação na Participação Cidadã

O envolvimento da sociedade inclui também o espaço digital no OP e na ampliação dos temas a serem debatidos como, por exemplo, o tipo de uso de uma nova praça, a programação de uma festa tradicional ou a opinião sobre diferentes temas. Essa prática de Governo Aberto, será importante porque, além de gerar uma cidade mais sintonizada com as expectativas da população, também estimulará o sentido de pertencimento das pessoas, propiciando o uso mais responsável dos equipamentos e serviços públicos.

15. GESTÃO ÉTICA E EFICIENTE

Perseguiremos durante todo o mandato dois objetivos centrais: tornar a prefeitura capaz de prestar mais e melhores serviços de qualidade à população e introduzir maior transparência à ação governamental.

Estes objetivos exigirão o fortalecimento da capacidade da Prefeitura cumprir suas funções, mas, também, para garantir a igualdade de acesso de qualquer munícipe aos serviços e ao aprimoramento dos mecanismos de transparência governamental.

Adotaremos uma nova forma de organizar a ação da Prefeitura, tornando-a mais moderna, inovadora, eficiente e responsável. Este novo modelo de gestão se estruturará a partir das diretrizes a seguir.

Gestão ética e transparente

Durante todo o governo, seremos firmes no combate à corrupção e à impunidade, com o fortalecimento dos mecanismos de controle, enfrentando esses maus hábitos tão arraigados na cultura política brasileira.

Adotaremos também os mais variados canais e instrumentos de transparência para prestar contas da ação de governo. Ampliaremos também o acesso aos dados públicos, sempre que possível, em formatos abertos, conforme estabelece a Lei de Acesso à Informação (LAI)

Fortalecer a capacidade institucional e gerencial da Prefeitura

Realizaremos uma inversão de prioridades, atendendo prioritariamente territórios e populações vulneráveis com ampliação dos serviços e de obras por toda a cidade. Assim, será necessário dotar a prefeitura de melhores condições para realizar todas essas atividades.

Para alcançarmos bons resultados, os servidores públicos são essenciais. Criaremos um ambiente de respeito e confiança, garantindo seu engajamento aos objetivos do governo. O diálogo com as entidades sindicais dos servidores será democrática e transparente, com a instituição da Mesa de Negociação Permanente.

A elaboração e a execução das políticas públicas serão feitas de forma integrada entre as diversas áreas de governo, superando a tradicional fragmentação das ações. Além disso, essa atuação coordenada deverá se estender aos diferentes territórios da cidade, considerando suas necessidades específicas.

Realizaremos parcerias com diferentes agentes. Com as universidades para ampliar a capacidade técnica da prefeitura e dos servidores e até mesmo na execução de políticas; com o setor privado, por meio de concessões ou Parcerias Público-Privadas, garantindo uma regulação rigorosa sobre a qualidade dos serviços prestados.

Aproveitaremos o potencial de parcerias com outros municípios, através dos consórcios públicos, para prestação conjunta de serviços, compras comuns e promoção do desenvolvimento regional.

Gestão inovadora e eficiente

Tornaremos a/o cidadã/o foco central de nossa atividade, com investimentos no aperfeiçoamento das atividades com maior impacto na prestação de serviços como, por exemplo, o atendimento presencial e na Internet, assim, avançaremos para o Governo Digital com a adoção de tecnologias adequadas.

Além disso, usaremos os dados disponíveis para melhorar os serviços e economizar recursos. Adotaremos iniciativas na linha das Cidades Inteligentes, sempre que houver benefícios para a população, em áreas como iluminação pública, coleta inteligente de lixo, sistemas integrados de dados em transporte e segurança, centros de inteligência e inovação municipal.

Implantaremos o processo eletrônico para todos os procedimentos administrativos da prefeitura.

Buscar permanentemente a qualidade da despesa pública

Esse compromisso será um princípio fundamental, ainda mais nesse momento de aprofundamento da crise econômica e social, que levará ainda mais pessoas a depender dos serviços públicos.

Faremos um monitoramento cuidadoso de todas as despesas, sejam os grandes montantes, como a folha de pagamento, sejam as despesas de manutenção, como água, energia, telefonia, entre outras.

Serão adotadas iniciativas sustentáveis como a reciclagem de materiais, o reuso de água e o uso de energia solar nos edifícios públicos.

Usaremos o poder de compra da prefeitura, adquirindo produtos e serviços de melhor qualidade, sustentáveis e por menor preço e, quando possível, privilegiando as micro e pequenas empresas locais, induzindo a geração de emprego e renda em nosso território.